LEI N.º 056/01(ATUALIZADO)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

INDICE SISTEMÁTICO

Matéria	artigos
Título I - Disposições preliminares	1º a 6º
Título II - Do provimento e da vacância	
Capítulo I - Do provimento	
Seção I - Disposições gerais	7º e 8º
Seção II - Do concurso público	9º a 11
Seção III - Da nomeação	12 a 13
Seção IV - Da posse e do exercício	14 a 19
Seção V - Da estabilidade	20 a 22
Seção VI - Da recondução	23
Seção VII - Da readaptação	24
Seção VIII - Da reversão	25 a 28
Seção IX - Da reintegração	29
Seção X - Da disponibilidade e do aproveitamento	30 a 33
Seção XI - Da promoção	34
Capítulo II - Da vacância	35 a 38
Título III - Das mutações funcionais	
Capítulo I - Da substituição	39 e 40
Capítulo II - Da remoção	41 a 43
Capítulo III - Do exercício de função de confiança	44 a 52
Título IV - Do regime de trabalho	
Capítulo I - Do horário e do ponto	53 a 56
Capítulo II - Do serviço extraordinário	57 a 59
Capítulo III - Do repouso semanal	60 a 62
Título V - Dos direitos e das vantagens	

Capítulo I - Do vencimento e da remuneração .....63 e 71

Capítulo II - Das vantagens .....72 e 73

Seção I - Das indenizações 74

Subseção I - Das diárias .....75 a 77

Subseção II - Da ajuda de custo .....78 e 79

Subseção III - Do transporte 80

Seção II - Das gratificações e adicionais 81

Subseção I - Da gratificação natalina .....82 a 85

Subseção II - Do adicional por tempo de serviço 86

Subseção III - Dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade .....87 a 91

Subseção IV - Do adicional noturno 92

Seção III - Do prêmio por assiduidade .....93 a 95

Seção IV - Do auxílio para diferença de caixa 96

Capítulo III - Das férias

Seção I - Do direito a férias e da sua duração.....97 a 101

Seção II - Da concessão e do gozo das férias .....102 a 104

Seção III - Da remuneração das férias 105

Seção IV - Dos efeitos na exoneração, no falecimento e na aposentadoria.....106

Capítulo IV - Das licenças

Seção I - Disposições gerais 107

Seção II - Da licença por motivo de doença em pessoa da família 108

Seção III - Da licença para serviço militar 109

Seção IV - Da licença para concorrer a cargo eletivo 110

Seção V - Da licença para tratar de interesses particulares 111

Seção VI - Da licença para desempenho de mandato classista 112

Capítulo V - Do afastamento para servir a outro órgão ou entidade 113

Capítulo VI - Das concessões .....114 e 115

Capítulo VII - Do tempo de serviço .....116 a 121

Capítulo VIII - Do direito de petição .....122 a 128

Título VI - Do regime disciplinar

Capítulo I - Dos deveres 129

Capítulo II - Das proibições .....130 e 131

Capítulo III - Da acumulação 132

Capítulo IV - Das responsabilidades .....133 a 138

Capítulo V - Das penalidades .....139 a 156

Capítulo VI - Do processo disciplinar em geral

Seção I - Disposições preliminares .....157 e 158

Seção II - Da suspensão preventiva .....159 e 160

Seção III - Da sindicância .....161 a 163

Seção IV - Do processo administrativo disciplinar .....164 a 185

Seção V - Da revisão do processo .....186 a 190

Título VII - Da seguridade social do servidor

Capítulo I - Disposições gerais .....191 a 193

Capítulo II - Dos benefícios

Seção I - Da aposentadoria .....194 a 202

Seção II - Do salário-família .....203 a 205

Seção III - Da licença para tratamento de saúde .....206 a 210

Seção IV - Da licença gestante .....211 a 213

Seção V - Da licença por acidente em serviço .....214 a 216

Seção VI - Da pensão por morte .....217 a 225

Seção VIII - Do auxílio-reclusão .....228 e 230

Capítulo III - Do custeio .....228 e 230

Título VIII - Da contratação temporária de excepcional interesse público .....231 a 235

Título IX - Das disposições gerais, transitórias e finais

Capítulo I - Disposições gerais .....236 a 239

Capítulo II - Disposições transitórias e finais .....240 a 248

LEI N.º 056/01 (ATUALIZADA)

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO

MUNICÍPIO DE ROLADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LADEMIR INÁCIO WILHELM, Vice-Prefeito Municipal em exercício de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei institui o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Rolador.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º - Cargo público é o criado em lei, em número certo, com denominação própria, remunerado pelos cofres municipais, ao qual corresponde um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor público.

Parágrafo único - Os cargos públicos serão de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 4º - A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º - A investidura em cargo do magistério municipal será por concurso de provas e títulos.

§ 2º - Somente poderão ser criados cargos de provimento em comissão para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento, e seu provimento, nos casos, condições e percentuais mínimos, será destinado aos servidores de carreira.

Art. 5º - Função gratificada é a instituída por lei para atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento, sendo privativa de detentor de cargo de provimento efetivo, observados os requisitos para o exercício.

Art. 6º - É vedado cometer ao servidor atribuições diversas das de seu cargo, exceto encargos de direção, chefia ou assessoramento e comissões legais.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

CAPÍTULO IDO PROVIMENTO

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 7º - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal:

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de dezoito anos;

III - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

IV- gozar de boa saúde física e mental, comprovada mediante exame médico;

V - ter atendido a outras condições prescritas em lei.

Art. 8º - Os cargos públicos serão providos por:

I - nomeação;

II - recondução;

III - readaptação;

IV - reversão;

V - reintegração;

VI - aproveitamento.

SEÇÃO II

Do concurso público

Art. 9º - As normas gerais para realização de concurso serão estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único - Além das normas gerais, os concursos serão regidos por instruções especiais, constantes no edital, que deverão ser expedidas pelo órgão competente, com ampla publicidade.

Art. 10 - Os limites de idade para inscrição em concurso público serão fixados em lei, de acordo com a natureza e a complexidade de cada cargo.

Parágrafo único - O candidato deverá comprovar que, na data de encerramento das inscrições, atingiu a idade mínima e não ultrapassou a idade máxima fixada para o recrutamento, bem como preencheu todos os requisitos constantes na lei e no edital.

Art. 11 - O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual prazo.

SEÇÃO III

Da nomeação

Art. 12 - A nomeação é o ato de investidura em cargo público e será feita:

I - em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, assim deva ser provido;

II - em caráter efetivo, nos demais casos.

Art. 13 - A nomeação em caráter efetivo obedecerá à ordem de classificação obtida pelos candidatos no concurso público.

SEÇÃO IV

Da posse e do exercício

Art. 14 - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo nomeado.

§ **1º -** A posse dar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da convocação do candidato aprovado, que será feita pessoalmente ou por meio de veículo de comunicação escrito, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período *(Alterado pela Lei n.° 633/2007)*.

§ 2º - No ato da posse o nomeado apresentará, obrigatoriamente, declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio.

Art. 15 - Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor.

§ 1º - É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se não ocorrer a posse ou o exercício, nos prazos legais.

§ 3º - O exercício deve ser dado pelo chefe da repartição para a qual o servidor for designado.

Art. 16 - Nos casos de reintegração, reversão e aproveitamento, o prazo de que trata o § 1º do artigo anterior será contado da data da publicação do ato.

Art. 17 - A promoção, a readaptação e a recondução, não interrompem o exercício.

Art. 18 - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único - Ao entrar em exercício o nomeado apresentará, ao órgão de pessoal, os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 19 - O nomeado que, por prescrição legal, deva prestar caução como garantia, não poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º - A caução poderá ser feita por uma das modalidades seguintes:

I - depósito em moeda corrente;

II - garantia hipotecária;

III - título de dívida pública;

IV - seguro fidelidade funcional, emitido por instituição legalmente autorizada.

§ 2º - No caso de seguro, as contribuições referentes ao prêmio serão descontadas do servidor segurado, em folha de pagamento.

§ 3º - Não poderá ser autorizado o levantamento da caução antes de tomadas as contas do servidor.

§ 4º - O responsável por alcance ou desvio de material não ficará isento da ação administrativa, cível e criminal, ainda que o valor da caução seja superior ao montante do prejuízo causado.

SEÇÃO V

Da estabilidade

Art. 20 - O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após três (03) anos de efetivo exercício.

§ 1º - O servidor estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Art. 21 - O servidor nomeado para cargo efetivo nos órgãos do Poder Executivo fica sujeito a um período de 3 (três) anos de estágio probatório, com o objetivo de apurar o preenchimento dos requisitos necessários à confirmação no cargo para o qual foi nomeado. (*Alterado pela Lei n.° 695/2008*).

Art. 21-A - Será objeto de avaliação a aptidão e capacidade do servidor para o exercício do cargo, com base nos seguintes requisitos: (*Acrescido pela Lei n.° 695/2008*).

I – idoneidade moral;

II – assiduidade e pontualidade;

III – disciplina;

IV – eficiência.

Art. 21-B - O processo de avaliação será coordenado pela secretaria que gerencia os recursos humanos e executado por comissão composta de 3 (três) membros, designados por meio de portaria do Prefeito.

§1º. A comissão de que trata o caput será denominada de Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório, com a sigla CADESP.

§2º. A CADESP será integrada por servidores efetivos e que já tenham adquirido a estabilidade, preferencialmente vinculados à área de recursos humanos.

Art. 21-C - A avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório será realizada semestralmente, perfazendo um total de 6 (seis) avaliações, tendo como início do período a data da posse.

Art. 21-D - O servidor em estágio probatório será avaliado pela chefia imediata da área na qual esteja diretamente lotado.

§ 1º. A avaliação deve ser efetuada, preferencialmente, em presença do servidor avaliado.

§ 2º. O servidor em estágio probatório, quando afastado para exercer cargo em comissão, terá a avaliação suspensa, retomando-a quando do retorno ao exercício do cargo de provimento efetivo.

Art. 21-E - O servidor avaliado será considerado apto e capaz para o efetivo exercício do cargo, desde que atinja a pontuação mínima prevista no Manual de Procedimentos de Avaliação, que integra a presente lei como seu anexo especial.

Art. 21-F - O servidor avaliado tomará ciência do resultado de sua avaliação perante a chefia imediata, datando e assinando o respectivo documento.

Parágrafo único. Caso o servidor não esteja satisfeito com os resultados de sua avaliação, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da ciência, poderá manifestar-se, por escrito, das seguintes formas:

I - Na ficha de resultados da avaliação, em campo específico;

II – Em petição apartada, dirigida à CADESP.

Art. 21-G - Após cada avaliação, a CADESP preencherá formulário específico, identificando os servidores que não atingiram o desempenho esperado e indicando providências, observada as regras contidas no Manual de Procedimentos de Avaliação.

Art. 21-H - Durante o estágio probatório, a CADESP deverá propor ao Prefeito a exoneração do estagiário quando verificar o resultado insatisfatório na periodicidade indicada no Manual de Procedimentos de Avaliação.

Parágrafo único - Sempre que se concluir pela exoneração do estagiário, ser-lhe-á assegurada vista ao processo na repartição, bem como poderá extrair cópia integral dos autos administrativos e interpor recurso endereçado ao Prefeito, no prazo de cinco dias úteis, contados da data em que for notificado do resultado.

Art. 21-I - Os servidores em estágio probatório que, na data da publicação da presente lei, ainda não tiverem sido avaliados, serão submetidos às avaliações nos termos ora estabelecidos.

Art. 21-J - A avaliação de desempenho será realizada individualmente, após o conhecimento do Manual de Procedimentos de Avaliação, constante no Anexo Especial desta lei.

Parágrafo único. O conhecimento do Manual de Procedimentos de Avaliação será dado pela Administração mediante aviso a ser publicado na imprensa oficial do Município.

Art. 21-L - É condição para a aquisição da estabilidade a avaliação do desempenho no estágio probatório.

Art. 21-M - O estagiário não aprovado no estágio probatório será exonerado e, sendo o caso, nos termos da presente lei de regência, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

Art. 21-N - Cabe à Secretaria que gerencia os recursos humanos baixar as demais normas relativamente ao estágio probatório".

Art. 21-O. A avaliação dos servidores do Poder Legislativo observará, no que couber o disposto nos artigos 21 a 21N da presente Lei, cabendo a CADESP coordenar o processo. *(Acrescido pela Lei 983 de 25 de outubro de 2011).*

Art. 22 - Nos casos de cometimento de falta disciplinar, inclusive durante o primeiro e o último trimestre, o estagiário terá a sua responsabilidade apurada através de sindicância ou processo administrativo disciplinar, observadas as normas estatutárias, independente da continuidade da apuração do estágio probatório pela Comissão Especial.

SEÇÃO VI

Da recondução

Art. 23 - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

§ 1º - A recondução decorrerá de:

a) falta de capacidade e eficiência no exercício de outro cargo de provimento efetivo ou

b) reintegração do anterior ocupante.

§ 2º - A hipótese de recondução de que trata a alínea "a" do parágrafo anterior, será apurada nos termos dos parágrafos do art. 21 e somente poderá ocorrer no prazo do estágio probatório em outro cargo.

§ 3º - Inexistindo vaga, serão cometidas ao servidor as atribuições do cargo de origem, assegurados os direitos e vantagens decorrentes, até o regular provimento.

SEÇÃO VII

Da readaptação

Art. 24 - Readaptação é a investidura do servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º - A readaptação será efetivada em cargo de igual padrão de vencimento ou inferior.

§ 2º - Realizando-se a readaptação em cargo de padrão inferior, ficará assegurado ao servidor vencimento correspondente ao cargo que ocupava.

§ 3º - Inexistindo vaga, serão cometidas ao servidor as atribuições do cargo indicado, até o regular provimento.

SEÇÃO VIII

Da reversão

"Art. 25. Reversão é o retorno à atividade do serviço público municipal de servidor: ***(Redação dada pela Lei nº 1.325/2015)***

I – aposentado por invalidez, quando perícia médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ***(Redação dada pela Lei nº 1.325/2015)***

II – readaptado, no interesse da Administração, quando perícia médica oficial declarar insubsistentes os motivos da readaptação. ***(Redação dada pela Lei nº 1.325/2015)***

§ 1° A reversão far-se-á a pedido ou de ofício, sempre no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação. ***(Redação dada pela Lei nº 1.325/2015)***

§ 2° Em nenhum caso poderá efetuar-se a reversão sem que, mediante perícia médica, fique demonstrada a capacidade para o exercício do cargo. ***(Redação dada pela Lei nº 1.325/2015)***

§ 3° A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação. ***(Redação dada pela Lei nº 1.325/2015)***

§ 4° no caso do inc. I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga. ***(Redação dada pela Lei nº 1.325/2015)***

§ 5° O servidor de que trata o inc. II somente poderá reverter se houver cargo vago. ***(Redação dada pela Lei nº 1.325/2015)***

Art. 26 - Será tornada sem efeito a reversão e cassada a aposentadoria do servidor que, dentro do prazo legal, não entrar no exercício do cargo para o qual haja sido revertido, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

Art. 27 - Não poderá reverter o servidor que contar setenta anos de idade.

Art. 28 - A reversão dará direito à contagem do tempo em que o servidor esteve aposentado, exclusivamente para nova aposentadoria.

SEÇÃO IX

Da reintegração

Art. 29 - Reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens determinadas na sentença.

Parágrafo único - Reintegrado o servidor e não existindo vaga, aquele que houver ocupado o cargo será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

SEÇÃO X

Da disponibilidade e do aproveitamento

Art. 30 - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 31 - O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento em cargo equivalente por sua natureza e retribuição àquele de que era titular.

Parágrafo único - No aproveitamento terá preferência o servidor que estiver há mais tempo em disponibilidade e, no caso de empate, o que contar mais tempo de serviço público municipal.

Art. 32 - O aproveitamento de servidor que se encontrar em disponibilidade há mais de doze meses dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

Parágrafo único - Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado.

Art. 33 - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, contado da publicação do ato de aproveitamento, salvo doença comprovada por inspeção médica.

SEÇÃO XI

Da promoção

Art. 34 - As promoções obedecerão às regras estabelecidas na lei que dispuser sobre os planos de carreira dos servidores municipais.

CAPÍTULO II
DA VACÂNCIA

Art. 35 - A vacância do cargo decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - recondução;

V - aposentadoria;

VI - falecimento.

Art. 36 - Dar-se-á a exoneração:

I - a pedido;

II - de ofício quando:

a) se tratar de cargo em comissão;

b) de servidor não estável nas hipóteses do art. 21, desta Lei;

c) ocorrer posse de servidor não estável em outro cargo inacumulável, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 145 desta Lei.

Art. 37 - A abertura de vaga ocorrerá na data da publicação da lei que criar o cargo ou do ato que formalizar qualquer das hipóteses previstas no art. 35.

Art. 38 - A vacância de função gratificada dar-se-á por dispensa, a pedido ou de ofício, ou por destituição.

Parágrafo único - A destituição será aplicada como penalidade, nos casos previstos nesta Lei.

TÍTULO III
DAS MUTAÇÕES FUNCIONAIS
CAPÍTULO I
DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 39 - Dar-se-á a substituição de titular de cargo em comissão ou de função gratificada durante o seu impedimento legal.

§ 1º - Poderá ser organizada e publicada no mês de janeiro a relação de substitutos para o ano todo.

§ 2º - Na falta dessa relação, a designação será feita em cada caso.

Art. 40 - O substituto fará jus ao vencimento do cargo em comissão ou do valor da função gratificada, se a substituição ocorrer por prazo superior a sete dias.

CAPÍTULO II
DA REMOÇÃO

Art. 41 - Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição.

§ 1º - A remoção poderá ocorrer:

I - a pedido, atendida a conveniência do serviço;

II - de ofício, no interesse da administração.

Art. 42 - A remoção será feita por ato da autoridade competente.

Art. 43 - A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.

CAPÍTULO III
DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Art. 44 - A função de confiança a ser exercida exclusivamente por servidor público efetivo, poderá ocorrer sob a forma de função gratificada.

Art. 45 - A função de confiança é instituída por lei para atender atribuições de direção, chefia e assessoramento, que não justifiquem o provimento por cargo em comissão.

Parágrafo único - A função gratificada poderá também ser criada em paralelo com o cargo em comissão, como forma alternativa de provimento da posição de confiança, hipótese em que o valor da mesma não poderá ser superior a cinqüenta por cento do vencimento do cargo em comissão.

Art. 46 - A designação para o exercício da função gratificada, que nunca será cumulativa com o cargo em comissão, será feita por ato expresso da autoridade competente.

Art. 47 - O valor da função gratificada será percebido cumulativamente com o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Art. 48 - O valor da função gratificada continuará sendo percebido pelo servidor que, sendo seu ocupante, estiver ausente em virtude de férias, casamento, licença para tratamento de saúde, licença à gestante ou paternidade, serviços obrigatórios por lei ou atribuições decorrentes de seu cargo ou função.

Art. 49 - Será tornada sem efeito a designação do servidor que não entrar no exercício da função gratificada no prazo de dois dias a contar da publicação do ato de investidura.

Art. 50 - O provimento de função gratificada poderá recair também em servidor ocupante de cargo efetivo de outra entidade pública posto à disposição do Município sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 51 - É facultado ao servidor efetivo do Município, quando indicado para o exercício de cargo em comissão, optar pelo provimento sob a forma de função gratificada correspondente.

Art. 52 - A lei indicará os casos e condições em que os cargos em comissão serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

TÍTULO IV
DO REGIME DO TRABALHO
CAPÍTULO I
DO HORÁRIO E DO PONTO

Art. 53 - O Prefeito determinará, quando não estabelecido em lei ou regulamento, o horário de expediente das repartições.

Art. 54 - O horário normal de trabalho de cada cargo ou função é o estabelecido na legislação específica, não podendo ser superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro horas semanais.

Art. 55 - Atendendo à conveniência ou à necessidade do serviço, e mediante acordo escrito, poderá ser instituído sistema de compensação de horário, hipótese em que a jornada diária poderá ser superior a oito horas, sendo o excesso de horas compensado pela correspondente diminuição em outro dia, observada sempre a jornada máxima semanal.

Art. 56 - A freqüência do servidor será controlada:

I - pelo ponto;

II - pela forma determinada em regulamento, quanto aos servidores não sujeitos ao ponto.

§ 1º - Ponto é o registro, mecânico ou não, que assinala o comparecimento do servidor ao serviço e pelo qual se verifica, diariamente, a sua entrada e saída.

§ 2º - Salvo nos casos do inciso II deste artigo, é vedado dispensar o servidor do registro do ponto e abonar faltas ao serviço.

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 57 - A prestação de serviços extraordinários só poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, mediante solicitação fundamentada do chefe da repartição, ou de ofício.

§ 1º - O serviço extraordinário será remunerado por hora de trabalho que exceda o período normal, com acréscimo de cinqüenta por cento em relação à hora normal.

§ 2º - Salvo nos casos excepcionais, devidamente justificados, não poderá o trabalho em horário extraordinário exceder a duas horas diárias.

Art. 58 - O serviço extraordinário, excepcionalmente, poderá ser realizado sob a forma de plantões para assegurar o funcionamento dos serviços municipais ininterruptos.

Parágrafo único - O plantão extraordinário visa a substituição do plantonista titular legalmente afastado ou em falta ao serviço.

Art. 59 - O exercício de cargo em comissão ou de função gratificada, não sujeito ao controle de ponto, exclui a remuneração por serviço extraordinário.

CAPÍTULO III

DO REPOUSO SEMANAL

Art. 60 - O servidor terá direito a repouso remunerado, num dia de cada semana, preferencialmente aos domingos, bem como nos dias feriados civis e religiosos.

§ 1º - A remuneração do dia de repouso corresponderá a um dia normal de trabalho.

§ 2º - Na hipótese de servidores com remuneração por produção, peça ou tarefa, o valor do repouso corresponderá ao total da produção da semana, dividido pelos dias úteis da mesma semana.

§ 3º - Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do servidor mensalista ou quinzenalista, cujo vencimento remunere trinta ou quinze dias, respectivamente.

Art. 61 - Perderá a remuneração do repouso o servidor que tiver faltado, sem motivo justificado, ao serviço durante a semana, mesmo que em apenas um turno.

Parágrafo único - São motivos justificados as concessões, licenças e afastamentos previstos em lei, nas quais o servidor continuará com direito ao vencimento normal, como se em exercício estivesse.

Art. 62 - Nos serviços públicos ininterruptos poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados civis e religiosos, hipótese em que as horas trabalhadas serão pagas com acréscimo de cinqüenta por cento, salvo a concessão de outro dia de folga compensatória.

TÍTULO V

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 63 - Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor fixado em lei.

Art. 64 - Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens permanentes, estabelecidas em lei.

Art. 65 - Nenhum servidor poderá perceber mensalmente, a título de remuneração ou subsídio, importância maior do que a fixada como limite pela Constituição Federal, e sua interpretação, segundo o Supremo Tribunal Federal.

Art. 66 - Excluem-se do teto de remuneração previsto no art. 65 as diárias de viagem, o prêmio por assiduidade, o auxílio para diferença de caixa e o acréscimo constitucional de 1/3 de férias.

Art. 67 - A lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores municipais.

Art. 68 - O servidor perderá:

I - a remuneração dos dias que faltar ao serviço, bem como dos dias de repouso da respectiva semana, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível;

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível;

III - metade da remuneração na hipótese prevista no parágrafo único do art. 143.

Art. 69 - Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único - Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, até o limite de trinta por cento da remuneração.

Art. 70 - As reposições devidas por servidor à Fazenda Municipal poderão ser feitas em parcelas mensais, com juros e correção monetária, e mediante desconto em folha de pagamento.

§ 1º - O valor de cada parcela não poderá exceder a vinte por cento da remuneração do servidor.

§ 2º - O servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado a Fazenda Municipal em virtude de alcance, desfalque, ou omissão de efetuar o recolhimento ou entradas nos prazos legais.

Art. 71 - O servidor em débito com o Erário, que for demitido, exonerado, destituído do cargo em comissão, ou que tiver a sua disponibilidade cassada, terá de repor a quantia de uma só vez.

Parágrafo único - A não quitação de débito implicará em sua inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

CAPÍTULO II

DAS VANTAGENS

Art. 72 - Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenização;

II - gratificações e adicionais;

III - prêmio por assiduidade;

IV - auxílio para diferença de caixa.

§ 1º - As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações, os adicionais, os prêmios e os auxílios incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

Art. 73 - Os acréscimos pecuniários não serão computados nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

SEÇÃO I

Das indenizações

Art. 74 - Constituem indenizações ao servidor:

I - diárias;

II - ajuda de custo;

III - transporte.

Subseção I -*Revogado*

Das diárias -*Revogado*

Art. 75 – *Revogado pela Lei nº 806/2009.*

Art. 76 – *Revogado pela Lei nº 806/2009.*

Art. 77 - *Revogado pela Lei nº 806/2009.*

Subseção II

Da ajuda de custo

Art. 78 - A ajuda de custo destina-se a cobrir as despesas de viagem e instalação do servidor que for designado para exercer missão ou estudo fora do Município, por tempo que justifique a mudança temporária de residência.

Parágrafo único - A concessão da ajuda de custo ficará a critério da autoridade competente, que considerará os aspectos relacionados com a distância percorrida, o número de pessoas que acompanharão o servidor e a duração da ausência.

Art. 79 - A ajuda de custo não poderá exceder o dobro do vencimento do servidor, salvo quando o deslocamento for para o exterior, caso em que poderá ser até de quatro vezes o vencimento, desde que arbitrada justificadamente.

Subseção III -*Revogado*

Do transporte -*Revogado*

Art. 80 - *Revogado pela Lei nº 806/2009.*

SEÇÃO II

Das gratificações e adicionais

Art. 81 - Constituem gratificações e adicionais dos servidores municipais:

I - gratificação natalina;

II - adicional por tempo de serviço;

III - adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas;

IV - adicional noturno.

Subseção I

Da gratificação natalina

Art. 82 - A gratificação natalina corresponderá a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano.

§ 1º - Os adicionais de insalubridade, periculosidade, penosidade e noturno, as gratificações e o valor de função gratificada, serão computados na razão de 1/12 de seu valor vigente em dezembro, por mês de exercício em que o servidor percebeu a vantagem, no ano correspondente.

§ 2º - A fração igual ou superior a quinze dias de exercício no mesmo mês será considerada como mês integral.

Art. 83 - A gratificação natalina será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único – Até o dia 30 de junho de cada ano, o Município pagará como adiantamento da gratificação referida, de uma só vez, metade da remuneração recebida no mês anterior. *(Acrescido pela Lei n.° 149/2002).*

Art. 84 - Em caso de exoneração, falecimento ou aposentadoria do servidor, a gratificação natalina será devida proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração, falecimento ou aposentadoria.

Art. 85 - A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção II

Do adicional por tempo de serviço

Art. 86 - O adicional por tempo de serviço é devido à razão de um por cento por ano de serviço público ininterrupto prestado ao Município, incidente sobre o vencimento da classe do servidor ocupante de cargo efetivo.

§ 1º - Computar-se-á para a vantagem o tempo de serviço anteriormente prestado ao Município, sob qualquer forma de ingresso, desde que sem solução de continuidade com o atual.

§ 2º - O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio.

Subseção III

Dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade

Art. 87 - Os servidores que executarem atividades penosas, insalubres ou perigosas, farão jus a um adicional incidente sobre o valor do vencimento básico do servidor.

Parágrafo único - As atividades penosas, insalubres ou perigosas serão definidas em lei própria.

Art. 88 - O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de quarenta, vinte ou dez por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio ou mínimo. *(Alterado pela Lei n.° 092/2001).*

Art. 89 - Os adicionais de periculosidade e de penosidade será de trinta por cento. *(Alterado pela Lei n.° 093/2001).*

Art. 90 - Os adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade não são acumuláveis, cabendo ao servidor optar por um deles, quando for o caso.

Art. 91 - O direito ao adicional de penosidade, insalubridade ou periculosidade, cessará com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão, sendo sua concessão ou eliminação precedidas de laudo pericial, realizado por Médico ou Engenheiro do Trabalho.

Subseção IV

Do adicional noturno

Art. 92 - O servidor que prestar trabalho noturno fará jus a um adicional de 20% sobre o vencimento do cargo.

§ 1º - Considera-se trabalho noturno, para efeito deste artigo, o executado entre as 22 horas de um dia e as 05 horas do dia seguinte.

§ 2º - Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, o adicional será pago proporcionalmente às horas de trabalho noturno.

SEÇÃO III

Do prêmio por assiduidade

Art. 93 - Após cada cinco anos ininterruptos de serviço prestado ao Município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor fará jus a um prêmio por assiduidade

de valor igual a um mês de vencimento do seu cargo efetivo, mesmo que esteja no exercício de cargo em comissão ou função gratificada.

Art. 94 - Interrompem o qüinqüênio, para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências:

I - penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastamento do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de interesses particulares;

b) licença para tratamento de pessoa da família quando não remunerada;

c) condenação à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

d) desempenho de mandato classista; e

e) licença para atividade política.

Parágrafo único - As faltas não justificadas ao serviço retardarão a concessão do prêmio previsto neste artigo, na proporção de um mês para cada falta, e as licenças para tratamento de saúde excedentes de noventa dias, consecutivos ou não, salvo se decorrentes de acidente em serviço ou moléstia profissional, protelarão a concessão do prêmio por assiduidade em período igual ao número de dias da licença.

Art. 95 - O prêmio por assiduidade não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Seção IV

Do auxílio para diferença de caixa

Art. 96 - O servidor que, por força das atribuições próprias de seu cargo, pagar ou receber em moeda corrente, perceberá um auxílio para diferença de caixa, no montante de dez por cento do vencimento.

§ 1º - O servidor que estiver respondendo legalmente pelo tesoureiro ou caixa, durante os impedimentos legais deste, fará jus ao pagamento do auxílio.

§ 2º - O auxílio de que trata este artigo só será pago enquanto o servidor estiver efetivamente executando serviços de pagamento ou recebimento e nas férias regulamentares.

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS

SEÇÃO I

Do direito a férias e da sua duração

Art. 97 - O servidor terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 98 - Após cada período de doze meses de vigência da relação entre o Município e o servidor, terá este direito a férias, na seguinte proporção:

I - trinta dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes;

II - vinte e quatro dias corridos, quando houver tido de seis a quatorze faltas;

III - dezoito dias corridos, quando houver tido de quinze a vinte e três faltas;

IV - doze dias corridos, quando houver tido de vinte e quatro a trinta e duas faltas.

Parágrafo único - É vedado descontar, do período de férias, as faltas do servidor ao serviço.

Art. 99 - Não serão consideradas faltas ao serviço as concessões, licenças e afastamentos previstos em lei, nos quais o servidor continuar com direito ao vencimento normal, como se em exercício estivesse.

"Art. 100 - O tempo de serviço anterior será somado ao posterior para fins de aquisição do período aquisitivo de férias nos casos de licenças previstas nos incisos II e III do art. 107". *(Alterado pela Lei n.° 1.036/2012).*

Art. 101 - Não terá direito a férias o servidor que, no curso do período aquisitivo, tiver gozado licenças para tratamento de saúde, por acidente em serviço ou por motivo de doença em pessoa da família, isoladamente ou em conjunto por mais de seis meses, embora descontínuos, e licença para tratar de interesses particulares por qualquer prazo.

Parágrafo único - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo, após a perda do direito a férias prevista neste artigo, no primeiro dia em que o servidor retornar ao trabalho.

SEÇÃO II

Da concessão e do gozo das férias

Art. 102 - É obrigatória a concessão e gozo das férias, em um só período, nos dez meses subseqüentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito.

Parágrafo único - As férias somente poderão ser suspensas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de superior interesse público, por ato devidamente motivado.

Art. 103 - A concessão das férias, mencionado o período de gozo, será participado, por escrito, ao servidor, com antecedência de, no mínimo, 15 dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.

Art. 104 - Vencido o prazo mencionado no art. 102, sem que a Administração tenha concedido as férias, poderá o servidor requerer o gozo de férias. *(Alterado pela Lei n.° 1.036/2012).*

§ 1º - Recebido o requerimento, a autoridade responsável terá de despachar no prazo de trinta dias, marcando o período de gozo de férias, dentro dos noventa dias seguintes. *(Alterado pela Lei n.° 1.036/2012).*

§ 2º - Não atendido o requerimento pela autoridade competente no prazo legal, o servidor poderá ajuizar ação, pedindo a fixação, por sentença, da época do gozo de férias, hipótese em que as mesmas serão remuneradas em dobro. *(Alterado pela Lei n.° 1.036/2012).*

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a autoridade infratora será a responsável pelo pagamento da metade da remuneração em dobro das férias, que será recolhida ao erário, no prazo de trinta dias, a contar da data da concessão das férias nessas condições. *(Alterado pela Lei n.° 1.036/2012).*

§4º - Em se tratando de servidor licenciado para desempenho de mandato classista, as férias serão concedidas no prazo a que se refere o art. 102, no mês indicado pela entidade representativa da categoria na qual exerça cargo de direção ou representação. *(Introduzido pela Lei n.° 1.036/2012).*

SEÇÃO III

Da remuneração das férias

Art. 105 - O servidor perceberá durante as férias a remuneração integral, acrescida de 1/3 (um terço).

§ 1º - As vantagens que não mais estejam sendo percebidas no momento do gozo de férias serão computadas proporcionalmente aos meses de exercício no período aquisitivo das férias, na razão de um doze avos por mês de exercício ou fração superior a quatorze dias.

§ 2º - O pagamento da remuneração das férias, por solicitação do servidor, será feito dentro dos cinco dias anteriores ao início do gozo.

SEÇÃO IV

Dos efeitos na exoneração, no falecimento e na aposentadoria

Art. 106 - No caso de exoneração, falecimento ou aposentadoria, será devida a remuneração correspondente ao período de férias cujo direito o servidor tenha adquirido nos termos do art. 98.

Parágrafo único - O servidor exonerado, falecido ou aposentado após doze meses de serviço, além do disposto no *"caput"*, terá direito também à remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a quatorze dias.

CAPÍTULO IV

DAS LICENÇAS

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 107 - Conceder-se-á licença ao servidor ocupante de cargo efetivo:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - para o serviço militar obrigatório;

III - para concorrer a cargo eletivo;

IV - para tratar de interesses particulares;

V - para desempenho de mandato classista.

§ 1º - O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a vinte e quatro meses, salvo nos casos dos incisos II, III e V.

§ 2º - A licença concedida dentro de sessenta dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

SEÇÃO II *(Revogado pela Lei nº 358/2004) (Reintroduzido pela Lei nº 874/2010)*

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 108 – Será concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação médica.

§ 1º A licença de que trata o "caput", incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até sessenta dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até noventa dias, consecutivos ou não, com remuneração integral nos primeiros sessenta dias e sem remuneração no restante do período;

§ 2º O início do interstício de doze meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 3º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de doze meses, observado o disposto no § 2º, não poderá ultrapassar os limites de 90 (noventa) dias.

§ 4º Contar-se-á apenas para fins de aposentadoria o período de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, com remuneração.

§ 5º É vedado o exercício de outra atividade remunerada durante o período de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Caso existam indícios de acumulação ilícita, deverá "ad imediato" ser aberto processo disciplinar.

§ 6º O atestado médico somente será aceito se fizer menção à necessidade de assistência direta e o período, além de constar o CID, podendo a Administração, em caso de dúvida, submeter o documento médico à análise da perícia médica oficial". *(Revogado pela Lei nº 358/2004)(Reintroduzido pela Lei n.º 874/2010)*

Art. 108.A. A Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável.

Parágrafo único. Tratando-se de doença em filho com menos de 18 (dezoito anos), a indispensabilidade da assistência direta da mãe ou do pai é presumida. *(Acrescido pela Lei n.º 874/2010).*

SEÇÃO III

Da licença para o serviço militar

Art. 109 - Ao servidor ocupante de cargo efetivo que for convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será concedida licença sem remuneração.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a convocação.

§ 2º - O servidor desincorporado em outro Estado da Federação deverá reassumir o exercício do cargo dentro do prazo de trinta dias; se a desincorporação ocorrer dentro do Estado o prazo será de quinze dias.

SEÇÃO IV

Da licença para concorrer a cargo eletivo

Art. 110 - Salvo disposição diversa em lei federal, o servidor ocupante de cargo efetivo fará jus a licença remunerada, com vencimentos integrais, a partir do registro de sua candidatura a cargo eletivo perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao do pleito.

Parágrafo único - O servidor candidato a cargo eletivo no próprio Município e que exercer cargo ou função de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será exonerado a partir do dia imediato ao registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao do pleito.

SEÇÃO V

Da licença para tratar de interesses particulares

Art. 111 - A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º - Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término ou interrupção da anterior.

§ 3º - Não se concederá a licença a servidor nomeado ou removido, antes de completar um ano de exercício no novo cargo ou repartição.

SEÇÃO VI

Da licença para desempenho de mandato classista

"Art. 112 - É assegurado ao servidor o direito à licença remunerada para desempenho de mandato em confederação, federação ou sindicato representativo da categoria, sem prejuízo de sua situação funcional, exceto em relação à promoção por merecimento. *(Alterado pela Lei n.° 1.036/2012).*

§ 1º - Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de três, por entidade. *(Alterado pela Lei n.° 1.036/2012).*

§ 2º - A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição. *(Alterado pela Lei n.° 1.036/2012).*

§3º - A remuneração do servidor licenciado corresponderá àquela recebida no mês anterior ao licenciamento, excetuando-se do cômputo as gratificações cujo pagamento deve ser interrompido, por força de lei, quando cessar o trabalho ou desaparecer o fato ou situação que lhe deu causa". *(Introduzido pela Lei n.° 1.036/2012).*

CAPÍTULO V

DO AFASTAMENTO PARA SERVIR A OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Art. 113 - O servidor ocupante de cargo efetivo e estável poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de função de confiança;

II - em casos previstos em leis específicas e

III - para cumprimento de convênio.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso I deste artigo, a cedência será sem ônus para o Município e, nos demais casos, conforme dispuser a lei ou o convênio.

CAPÍTULO VI

DAS CONCESSÕES

Art. 114 - Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por um dia, em cada doze meses de trabalho, para doação de sangue;

II - até dois dias, para se alistar como eleitor;

III - até cinco dias consecutivos, por motivo de falecimento de avô ou avó.

IV – até cinco dias consecutivos, por motivo de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmãos;

c) nascimento do filho para o pai, a contar da data do evento.

Parágrafo único – A servidora terá direito a uma hora por dia para amamentar o próprio filho até que este complete seis meses de idade. A hora poderá ser fracionada em dois períodos de meia hora, se a jornada for de dois turnos. Se a saúde do filho o exigir, o período de seis meses poderá ser dilatado, por descrição médica, em até três meses.

Art. 115 - Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, desde que não haja prejuízo ao exercício do cargo.

Parágrafo único - Para efeitos do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

CAPÍTULO VII

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 116 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

Parágrafo único - O número de dias será convertido em anos, considerados de 365 dias.

Art. 117 - Além das ausências ao serviço previstas no art. 114, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargos em comissão, no Município;

III - convocação para o serviço militar;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento de saúde, inclusive por acidente em serviço ou moléstia profissional; e

c) para tratamento de saúde de pessoa da família, quando remunerada.

d) Licença remunerada para desempenho de mandato classista, exceto para efeito de promoção por merecimento". *(Introduzido pela Lei n.° 1.036/2012).*

Art. 118 - Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria o tempo:

I - de contribuição no serviço público federal, estadual e municipal, inclusive o prestado às suas autarquias;

II - *(Revogado pela Lei n.° 1.036/2012).*

III - de licença para concorrer a cargo eletivo e

IV - em que o servidor esteve em disponibilidade remunerada.

Parágrafo único - Para efeito de disponibilidade será computado o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal.

Art. 119 - Para efeito de aposentadoria, será computado também o tempo de contribuição na atividade privada e rural, nos termos da legislação federal pertinente.

Art. 120 - O tempo de afastamento para exercício de mandato eletivo será contado na forma das disposições constitucionais ou legais específicas.

Art. 121 - É vedada a contagem acumulada de tempo de serviço simultâneo.

CAPÍTULO VIII
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 122 - É assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Parágrafo único - As petições, salvo determinação expressa em lei ou regulamento, serão dirigidas ao Prefeito Municipal e terão decisão no prazo de trinta dias.

Art. 123 - O pedido de reconsideração deverá conter novos argumentos ou provas suscetíveis de reformar o despacho, a decisão ou ato.

Parágrafo único - O pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, será submetido à autoridade que houver prolatado o despacho, proferido a decisão ou praticado o ato.

Art. 124 - Caberá recurso ao Prefeito, como última instância administrativa, sendo indelegável sua decisão.

Parágrafo único - Terá caráter de recurso o pedido de reconsideração quando o prolator do despacho, decisão ou ato houver sido o Prefeito.

Art. 125 - O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso, é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Parágrafo único - O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeito suspensivo e, se providos, seus efeitos retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 126 - O direito de reclamação administrativa prescreverá, salvo disposição legal em contrário*:*

I – em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de

ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes de diferenças remuneratórias impagas;
II – em 1 (um) ano, nos demais casos.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado. *(Alterado pela Lei n.º 589/2007)*

Art. 126. A – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição. *(Criado pela Lei n.º 589/2007)*

I**Art. 127 -** A representação será dirigida ao chefe imediato do servidor que, se a solução não for de sua alçada, a encaminhará a quem de direito.

Parágrafo único - Se não for dado andamento à representação, dentro do prazo de cinco dias, poderá o servidor dirigi-la direta e sucessivamente às chefias superiores.

Art. 128 - É assegurado o direito de vistas do processo ao servidor ou representante legal, pelo prazo de cinco (05) dias.

TÍTULO VI

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DOS DEVERES

Art. 129 - São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - lealdade às instituições a que servir;

III - observância das normas legais e regulamentares;

IV - cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; e

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade ou abuso de poder;

XIII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado ou com o uniforme que for determinado;

XIV - observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem fornecidos;

XV - manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho;

XVI - freqüentar cursos e treinamentos instituídos para seu aperfeiçoamento e especialização;

XVII - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades nas hipóteses e prazos previstos em lei ou regulamento, ou quando determinado pela autoridade competente; e

XVIII - sugerir providências tendentes a melhoria ou aperfeiçoamento do serviço.

Parágrafo único - Nas mesmas penas incorre o superior hierárquico que, recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidades no serviço ou falta cometida por servidor, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias à sua apuração.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 130 - É proibido ao servidor qualquer ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo, ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral;

VII - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

VIII - compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou a partido político;

IX - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil, salvo se decorrente de nomeação por concurso público;

X - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro, sem licença prévia nos termos da lei;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa no desempenho das funções;

XVI - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVII - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; e

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Art. 131 - É lícito ao servidor criticar atos do Poder Público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado, respondendo porém civil ou criminalmente na forma da legislação aplicável, se de sua conduta resultar delito penal ou dano moral.

CAPÍTULO III

DA ACUMULAÇÃO

Art. 132 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. *(Alterado pela Lei n.º 159/2002)*

§ 1º - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente dos artigos 40, 42 e 142 da Constituição Federal com a remuneração de cargos, empregos ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma do *"caput"*, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 2º - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 133 - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelos atos praticados enquanto no exercício do cargo.

Art. 134 - A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, de que resulte prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1º - A indenização de prejuízo causado ao Erário poderá ser liquidada na forma prevista no art. 70.

§ 2º - Tratando-se de dano causado a terceiros responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva, sem prejuízo de outras medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 3º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 135 - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor.

Art. 136 - A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado por servidor investido no cargo ou função pública.

Art. 137 - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 138 - A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal definitiva que negue a existência do fato ou a sua autoria.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 139 - São penalidades disciplinares aplicáveis a servidor após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o direito de defesa:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou da disponibilidade; e

V - destituição de cargo ou função de confiança.

Art. 140 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes.

Art. 141 - Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração.

Parágrafo único - No caso de infrações simultâneas, a maior absorve as demais, funcionando estas como agravantes na gradação da penalidade.

Art. 142 - Observado o disposto nos artigos precedentes, a pena de advertência ou suspensão será aplicada, a critério da autoridade competente, por escrito, na inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, nos casos de violação de proibição que não tipifique infração sujeita à penalidade de demissão.

Art. 143 - A pena de suspensão não poderá ultrapassar a sessenta dias.

Parágrafo único - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de cinqüenta por cento por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço e a exercer suas atribuições legais.

Art. 144 - Será aplicada ao servidor a pena de demissão nos casos de:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - indisciplina ou insubordinação graves ou reiteradas;

IV - inassiduidade ou impontualidade habituais;

V - improbidade administrativa;

VI - incontinência pública e conduta escandalosa;

VII - ofensa física contra qualquer pessoa, cometida em serviço, salvo em legítima defesa;

VIII - aplicação irregular de dinheiro público;

IX - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções;

XIII - transgressão do art. 130, incisos X a XVI.

Art. 145 - A acumulação de que trata o inciso XII do artigo anterior acarreta a demissão de um dos cargos, empregos ou funções, dando-se ao servidor o prazo de cinco dias para opção.

§ 1º - Se comprovado que a acumulação se deu por má fé, o servidor será demitido de ambos os cargos e obrigado a devolver o que houver recebido dos cofres públicos.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, empregos ou funções exercido na União, nos Estados, no Distrito Federal ou em outro Município, a demissão será comunicada ao outro órgão ou entidade onde ocorre acumulação.

Art. 146 - A demissão nos casos dos incisos V, VIII e X do art. 144 implicará em ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 147 - Configura abandono de cargo a ausência intencional ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 148 - A demissão por inassiduidade ou impontualidade somente será aplicada quando caracterizada a habitualidade de modo a representar séria violação dos deveres e obrigações do servidor, após anteriores punições por advertência ou suspensão.

Art. 149 - O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal.

Art. 150 - Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade se ficar provado que o inativo, quando na atividade:

I - praticou falta punível com a pena de demissão.

II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III - praticou usura, em qualquer das suas formas.

Art. 151 - A pena de destituição de função de confiança será aplicada:

I - quando se verificar falta de exação no seu desempenho;

II - quando for verificado que, por negligência ou benevolência, o servidor contribuiu para que não se apurasse, no devido tempo, irregularidade no serviço.

Parágrafo único - A aplicação da penalidade deste artigo não implicará em perda do cargo efetivo.

Art. 152 - O ato de aplicação de penalidade é de competência do Prefeito Municipal.

Parágrafo único - Poderá ser delegada competência aos Secretários Municipais para aplicação da pena de suspensão ou advertência.

Art. 153 - A demissão por infringência ao art. 130 incisos X e XI, incompatibilizará o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública do Município, pelo prazo de cinco anos.

Parágrafo único - Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido por infringência do art. 144, inc. I, V, VIII, X e XI.

Art. 154 - A pena de destituição de função de confiança implicará na impossibilidade de ser investido em funções dessa natureza durante o período de cinco anos a contar do ato de punição.

Art. 155 - As penalidades aplicadas ao servidor serão registradas em sua ficha funcional.

Art. 156 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, ou destituição de função de confiança;

II - em dois anos, quanto à suspensão; e

III - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§ 1º - A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

§ 2º - O prazo de prescrição começará a correr da data em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interromperá a prescrição.

§ 4º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo prescricional recomeçará a correr novamente, no dia imediato ao da interrupção.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO DISCIPLINAR EM GERAL

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 157 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar sob pena de incorrer nas previsões do art. 129.

Parágrafo único - Quando o fato denunciado, de modo evidente, não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 158 - As irregularidades e faltas funcionais serão apuradas em processo regular com direito a plena defesa, por meio de:

I - sindicância, quando não houver dados suficientes para sua determinação ou para apontar o servidor faltoso;

II - processo administrativo disciplinar, quando a gravidade da ação ou omissão torne o servidor passível de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.

SEÇÃO II

Da suspensão preventiva

Art. 159 - A autoridade competente poderá determinar a suspensão preventiva do servidor, até sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta se, fundamentadamente, houver necessidade de seu afastamento para apuração de falta a ele imputada.

Art. 160 - O servidor fará jus à remuneração integral durante o período de suspensão preventiva.

SEÇÃO III

Da sindicância

Art. 161 - A sindicância será cometida a servidor ocupante de cargo efetivo, podendo este ser dispensado de suas atribuições normais até a apresentação do relatório.

Parágrafo único - A critério da autoridade competente, considerando o fato a ser apurado, a função sindicante poderá ser atribuída a uma comissão de servidores, até o máximo de três.

Art. 162 - O sindicante ou a comissão efetuará, de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento da ocorrência e indicação do responsável, apresentando, no prazo máximo de trinta dias, relatório a respeito.

§ 1º - Preliminarmente, deverá ser ouvido o autor da representação e o servidor implicado, se houver.

§ 2º - Reunidos os elementos apurados, o sindicante ou comissão traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando o possível culpado, qual a irregularidade ou transgressão e o seu enquadramento nas disposições estatutárias.

§ 3º - O sindicante abrirá o prazo de cinco (05) dias para o indiciado apresentar defesa, antes de elaborar o relatório.

Art. 163 - A autoridade, de posse do relatório, acompanhado dos elementos que instruíram o processo, decidirá, no prazo de cinco dias úteis:

I - pela aplicação de penalidade de advertência ou suspensão;

II - pela instauração de processo administrativo disciplinar, ou

III - arquivamento do processo.

§ 1º - Entendendo a autoridade competente que os fatos não estão devidamente elucidados, inclusive na indicação do possível culpado, devolverá o processo ao sindicante ou comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a cinco dias úteis.

§ 2º - De posse do novo relatório e elementos complementares, a autoridade decidirá no prazo e nos termos deste artigo.

SEÇÃO IV

Do processo administrativo disciplinar

Art. 164 - O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão de três servidores estáveis, designada pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

Parágrafo único - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

Art. 165 - A comissão processante, sempre que necessário e expressamente determinado no ato de designação, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissão, em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

Art. 166 - O processo administrativo será contraditório, assegurada ampla defesa ao acusado, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 167 - Quando o processo administrativo disciplinar resultar de prévia sindicância, o relatório desta integrará os autos, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único - Na hipótese do relatório da sindicância concluir pela prática de crime, a autoridade competente oficiará ao Ministério Público, e remeterá cópia dos autos, independente da imediata instauração do processo administrativo disciplinar.

Art. 168 - O prazo para a conclusão do processo não excederá sessenta dias, contados da data do ato que constituir a comissão, admitida a prorrogação por mais trinta dias, quando as circunstâncias o exigirem, mediante autorização da autoridade que determinou a sua instauração.

Art. 169 - As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 170 - Ao instalar os trabalhos da comissão, o Presidente determinará a autuação da portaria e demais peças existentes e designará o dia, hora e local para primeira audiência e a citação do indiciado.

Art. 171 - A citação do indiciado deverá ser feita pessoalmente e contra-recibo, com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência em relação à audiência inicial e conterá dia, hora e local e qualificação do indiciado e a falta que lhe é imputada, com descrição dos fatos.

§ 1º - Caso o indiciado se recuse a receber a citação, deverá o fato ser certificado, com assinatura de, no mínimo, duas testemunhas.

§ 2º - Estando o indiciado ausente do Município, se conhecido seu endereço, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo o comprovante do registro e o aviso de recebimento.

§ 3º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, divulgado como os demais atos oficiais do Município, com prazo de quinze dias.

Art. 172 - O indiciado poderá constituir procurador para fazer a sua defesa.

Parágrafo único - Em caso de revelia, o presidente da comissão processante designará, de ofício, um defensor.

Art. 173 - Na audiência marcada, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado, concedendo-lhe, em seguida, o prazo de três dias para oferecer alegações escritas, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de cinco.

§ 1º - Havendo mais de um indiciado, o prazo será comum e de seis dias, contados a partir da tomada de declarações do último deles.

§ 2º - O indiciado ou seu advogado terão vista do processo na repartição podendo ser fornecida cópia de inteiro teor mediante requerimento e reposição do custo.

Art. 174 - A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 175 - O indiciado tem o direito de, pessoalmente ou por intermédio de procurador, assistir aos atos probatórios que se realizarem perante a comissão, requerendo as medidas que julgar convenientes.

§ 1º - O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 176 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do intimado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

Art. 177 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito a testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão ouvidas separadamente, com prévia intimação do indiciado ou de seu procurador.

§ 2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 178 - Concluída a inquirição de testemunhas, poderá a comissão processante, se julgar útil ao esclarecimento dos fatos, reinterrogar o indiciado.

Art. 179 - Ultimada a instrução do processo, o indiciado será intimado por mandado pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de dez dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, sendo fornecida cópia de inteiro teor mediante requerimento e reposição do custo.

Parágrafo único - O prazo de defesa será comum e de quinze dias se forem dois ou mais os indiciados.

Art. 180 - Após o decurso do prazo, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório, no qual constará em relação a cada indiciado, separadamente, as irregularidades de que foi acusado, as provas que instruíram o processo e as razões de defesa, propondo, justificadamente, a absolvição ou punição do indiciado, e indicando a pena cabível e seu fundamento legal.

Parágrafo único - O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a instauração do processo, dentro de dez dias, contados do término do prazo para apresentação da defesa.

Art. 181 - A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar esclarecimento ou providência julgada necessária.

Art. 182 - Recebidos os autos, a autoridade que determinou a instauração do processo:

I - dentro de cinco dias:

a) pedirá esclarecimentos ou providências que entender necessários, à comissão processante, marcando-lhe prazo;

b) encaminhará os autos à autoridade superior, se entender que a pena cabível escapa à sua competência;

II - despachará o processo dentro de dez dias, acolhendo ou não as conclusões da comissão processante, fundamentando o seu despacho se concluir diferentemente do proposto.

Parágrafo único - Nos casos do inciso I deste artigo, o prazo para decisão final será contado, respectivamente, a partir do retorno ou recebimento dos autos.

Art. 183 - Da decisão final, são admitidos os recursos previstos nesta Lei.

Art. 184 - As irregularidades processuais que não constituam vícios substanciais insanáveis, suscetíveis de influírem na apuração da verdade ou na decisão do processo, não lhe determinarão a nulidade.

Art. 185 - O servidor que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido do cargo, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único - Excetua-se o caso de processo administrativo instaurado apenas para apurar o abandono de cargo, quando poderá haver exoneração a pedido, a juízo da autoridade competente.

SEÇÃO V

Da revisão do processo

Art. 186 - A revisão do processo administrativo disciplinar poderá ser requerida a qualquer tempo, uma única vez, quando:

I - a decisão for contrária ao texto de lei ou à evidência dos autos;

II - a decisão se fundar em depoimentos, exames ou documentos falsos ou viciados;

III - forem aduzidas novas provas, suscetíveis de atestar a inocência do interessado ou de autorizar diminuição da pena.

Parágrafo único - A simples alegação de injustiça da penalidade não constituirá fundamento para a revisão do processo.

Art. 187 - No processo revisional, o ônus da prova caberá ao requerente.

Art. 188 - O processo de revisão será realizado por comissão designada segundo os moldes das comissões de processo administrativo e correrá em apenso aos autos do processo originário.

Art. 189 - As conclusões da comissão serão encaminhadas à autoridade competente, dentro de trinta dias, devendo a decisão ser proferida, fundamentadamente, dentro de dez dias.

Art. 190 - Julgada procedente a revisão, será tornada insubsistente ou atenuada a penalidade imposta, restabelecendo-se os direitos decorrentes dessa decisão.

"TÍTULO VII (*Revogado pela Lei n° 489/2006., reintroduzido pela Lei nº 1.096/2013)*

DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 191. O Município manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família, inserido na regulação do Regime Próprio de Previdência Social, denominado de RPPS/Rolador, criado pela Lei municipal nº 136, de 13 de maio de 2002, e reestruturado pela Lei Municipal nº 489, de 07 de março de 2006. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

CAPÍTULO II*(Redação dada pela Lei 1.096/2013)*

DOS AFASTAMENTOS DO SERVIDOR RELACIONADOS À SEGURIDADE SOCIAL

Art. 192. Concomitantemente ao recebimento de benefício previdenciário, o servidor será afastado do serviço mediante a concessão das seguintes licenças: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013);***

I - Licença para tratamento de saúde (LTS); ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II – Licença para acidente em serviço (LAS); ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

III – Licença para tratamento de doença profissional (LDP), ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

IV - Licença à gestante (LGE) e à adotante (LAD). ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 193. Será concedida LTS (licença para tratamento de saúde) ao servidor incapacitado para o seu trabalho. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 194. Será concedida LAS (licença para acidente em serviço) ao servidor incapacitado para o seu trabalho em decorrência de acidente em serviço. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 195. Será concedida LDP (licença para tratamento de doença profissional) ao servidor incapacitado para o seu trabalho em doença profissional. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 196. As licenças LTS, LAS e LDP serão concedidas a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração nos primeiros quinze dias, fazendo jus o servidor, a partir do décimo sexto dia, ao benefício previdenciário previsto no art. 32, da Lei municipal nº 489/2006 (auxílio-doença). ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 197. Será concedida licença à servidora gestante (LGE) por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Parágrafo único. A servidora em gozo de LGE que fará jus ao benefício previdenciário previsto no art. 34, Lei municipal nº 489/2006 (salário-maternidade) nos primeiros 120 (cento e vinte) dias, percebendo, no restante do afastamento, a remuneração. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 198. À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença à adotante (LAD) de: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013);***

I - 180 (cento e oitenta) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, sendo que nos 120 (cento e vinte) dias iniciais a servidora fará jus ao benefício previdenciário a que se refere o art. 34, da Lei municipal nº 489/2006, percebendo, no restante do afastamento, a sua remuneração**.** ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II - 90 (noventa) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, sendo que nos 60 (sessenta) dias iniciais a servidora fará jus ao benefício previdenciário a que se refere o art. 34, da Lei municipal nº 489/2006, percebendo, no restante do afastamento, a sua remuneração. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

III - 45 (quarenta e cinco) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade, sendo que nos 30 (trinta) dias iniciais a servidora fará jus ao benefício previdenciário a que se refere o art. 34, da Lei municipal nº 489/2006, percebendo, no restante do afastamento, a sua remuneração. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II – É criado o Título VII.A, dos Serviços de Inspeção Médica Oficial, com os seguintes títulos e artigos: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

"TÍTULO VII.A ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 199. Os serviços de inspeção médica oficial do Município para efeitos de admissão, licença para tratamento de saúde (LTS), licença para acidente em serviço (LAS), licença para tratamento de doença profissional (LDP), licença por motivo de doença em pessoa da família, aposentadoria por invalidez e readaptação de servidores públicos serão executados por Junta Médica Oficial, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (SESAS) e à Secretaria Municipal da Gestão e Governo (SEGOV). ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Parágrafo único. Excepcionalmente, em situações previstas nesta lei ou em Decreto, a inspeção médica poderá ser feita por um médico, inclusive estranho ao quadro de pessoal da Prefeitura, dispensada a atuação da Junta Médica. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

CAPÍTULO II ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

DO PROCEDIMENTO RELATIVO AOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL

SEÇÃO I

DA JUNTA MÉDICA OFICIAL

Art. 200. A Junta Médica Oficial (JMO) será composta por pelo menos dois médicos, titulares de cargo de provimento efetivo, designados por ato do Prefeito e exercerá suas atividades em dia da semana a ser fixado pela Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (SESAS), nos moldes estabelecidos na presente Lei. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Parágrafo único. Não havendo pessoal suficiente para a designação da JMO, a inspeção médica poderá ser feita por um médico ou por médicos ou serviços médicos contratados para essa finalidade. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

SEÇÃO II *(Redação dada pela Lei 1.096/2013)*

DO LAUDO DE EXAME ADMISSIONAL

Art. 201. A expedição de laudo de exame admissional de candidato aprovado em concurso público da municipalidade pressupõe a exigência de exames que possibilitem a verificação da real capacidade laborativa, considerando as atribuições a serem desempenhadas pelo nomeado***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Parágrafo único. O exame admissional será realizado por médico oficial do Município, salvo se a necessidade de serviços ou o grande contingente de nomeados criarem transtornos ao atendimento médico prestado à população, situação em que será aceito atestado de médico do trabalho credenciado. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

SEÇÃO III *(Redação dada pela Lei 1.096/2013)*

DO EXAME MÉDICO-PERICIAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ACIDENTE EM SERVIÇO E OU DOENÇA PROFISSIONAL

Art. 202. O exame médico-pericial relativo à licença para tratamento de saúde (LTS), à licença para acidente em serviço (LAS) ou à licença para tratamento de doença profissional (LDP) será exarado imediatamente após o atendimento ao servidor, devendo este ser informado do resultado pericial no ato. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§1º. Para afastamento até quinze dias, a inspeção médica será feita por um médico do serviço oficial do próprio Município ou por médico não vinculado à municipalidade; já para afastamento superior a quinze dias, com vistas à concessão de auxílio-doença, a inspeção será feita sempre pela JMO. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§2º. Em se tratando de afastamento por até quinze dias, a inspeção médica será comprovada por atestado passado por médico, acompanhado, quando for o caso, do(s) exame(s) que levaram à conclusão diagnóstica e dos fundamentos técnicos que justificam a inaptidão temporária do servidor para o trabalho, bem como deverá constar no instrumento o indicativo científico da doença via declinação do Código Internacional de Doenças (CID) e o prazo da incapacitação para o trabalho. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§3º. Quando houver dúvida justificada, mesmo se tratando de afastamento de até 15 dias, a Administração poderá exigir do servidor que se submeta à inspeção médica executada pela JMO. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 203. Os afastamentos por motivo de doença (LTS, LAS e LDP) serão sempre concedidos com alta programada, pelo período de duração necessária à recuperação da capacidade laborativa do servidor, porém não ultrapassarão o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias sem que haja reavaliação ao término desse período. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013);***

§1º. O tempo de duração do afastamento será determinado pela inspeção médica, baseando-se, conforme a enfermidade: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

I - Em exames clínicos, laboratoriais e/ou radiológicos e, quando necessário, por laudos de profissionais da área de saúde, como por exemplo psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, nutricionais, médicos especialistas; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II - No conhecimento e experiência do(s) médico(s) perito(s) sobre as repercussões físicas e psicológicas das diversas enfermidades. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§2º. Se o servidor necessitar prorrogação do afastamento por motivo de doença (LTS, LAS e LDP), deverá solicitá-la antes da alta programada, demonstrado a incapacidade para o trabalho mediante inspeção médica. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§3º. O servidor convocado para nova perícia médica e que não comparecer a ela terá seu pedido de licença indeferido e, caso necessite novo período de afastamento, deverá dar início a novo processo. Os dias não cobertos serão considerados como não comparecimento ao trabalho, gerando falta não justificada ao servidor. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 204. No exame médico-pericial em que o servidor solicita LTS, LAS ou LDP, a Junta Médica Oficial (JMO) poderá: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013);***

I – Considerar o examinado apto para o trabalho, quando não verificada justificativa para o afastamento do servidor; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II - Considerar o examinado inapto para o trabalho, pelo período de duração necessária à recuperação da capacidade laborativa do servidor, observado o art. 203 desta Lei. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

III - Se o pedido for de prorrogação do afastamento, concedê-lo por mais um período havendo a persistência da incapacidade temporária para o trabalho; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

IV – Encaminhar o servidor para o processo de aposentadoria por invalidez, se verificado a incapacidade permanente do servidor; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

V – Encaminhar o servidor para readaptação de função, caso as limitações de saúde lhe impeçam de exercer as atribuições do cargo que titula, mas não a de outros cargos, observadas as exigência legais. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§ 1º. Tão logo confeccionado o exame médico-pericial, o procedimento será encaminhado à SEGOV, para a elaboração do ato administrativo decorrente. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§ 2º. A concessão de LTS, LAS ou LDP, com suas prorrogações, não poderá ultrapassar o período de 24 (vinte e quatro) meses. Ao final desse prazo, o servidor será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 205. Na concessão de licença para acidente em serviço (LAS), licença para tratamento de doença profissional (LDP), deverá ser observado o seguinte: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

I - Não será considerado agravamento ou complicação de acidente de serviço a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II - Considerar-se-á como data inicial, no caso de doença profissional ou acidente em serviço, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, o dia da segregação compulsória ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo, para esse efeito, o que ocorrer primeiro; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

III - O acidente deverá ser caracterizado tecnicamente pela inspeção médica, que estabelecerá o nexo de causa e efeito entre o acidente e a lesão, a doença e o trabalho; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

IV - A caracterização administrativa do acidente em serviço será de competência do setor responsável pela área de recursos humanos, com a participação de servidor da unidade de exercício do acidentado, que estabelecerá o nexo entre o trabalho exercido e o acidente; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, considera-se: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

I - Doença profissional aquela atribuída como relação de efeito e causa às condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II - Acidente em serviço aquele que teve causa no exercício das atribuições do cargo ou função, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença que ocasione a morte, perda parcial ou total, permanente ou temporária, da capacidade física ou mental para o trabalho. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 206. O procedimento de inspeção médica oficial relativa à concessão de LTS, LAS ou LDP deverá ser instruído com os seguintes documentos: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

I – Pedido de encaminhamento à perícia médica, conforme modelo do anexo I desta Lei; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II - Exame médico-pericial, emitido pela Junta Médica Oficial (JMO), conforme modelo do anexo II desta Lei, contendo diagnóstico expresso da doença com o número do CID (Código Internacional de Doenças); ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

III - Receitas médicas, no máximo, dos últimos 03 (três) meses anteriores à perícia, se for o caso; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

IV – Exames laboratoriais, radiológicos e outros**.** ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§ 1º. No caso de afastamento de até 15 (quinze) dias, o atestado médico – e exames que lhe acompanham - deverá ser apresentado ao chefe imediato, que lançará as respectivas faltas justificadas no boletim de efetividade, instrumento a ser encaminhado ao Departamento de Pessoal em periodicidade mensal. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§ 2º. No que respeita à inspeção médica, deverão ser observados os seguintes prazos: ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013);***

I – Para afastamento até 15 (quinze) dias, o atestado deverá ser apresentado ao chefe imediato em até 48 (quarenta e oito) horas de dias úteis, contados do primeiro dia de afastamento do trabalho; ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

II – Para afastamento superior a 15 (quinze) dias, a chefia imediata e o servidor deverão fazer o encaminhamento para perícia médica em até 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia de afastamento do trabalho, salvo impedimento justificado. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§ 3º. Em caso de internação hospitalar, o servidor ou familiar deve encaminhar à Junta Médica Oficial um atestado médico constando a data de internação, número de dias de afastamento (caso não esteja definido, deve constar sem previsão de alta) o CID, assinatura e carimbo do médico com CRM, e documento do servidor, dentro do prazo legal. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

§ 4º. Aplica-se o mesmo procedimento, no que couber, nos demais pedidos de inspeção médica a que se refere a presente Lei. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

SEÇÃO IV *(Redação dada pela Lei 1.096/2013)*

DO EXAME MÉDICO-PERICIAL PARA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 207. Em se tratando de pedido de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família (LMDPF), havendo dúvida por parte da Administração sobre a comprovação médica apresentada (art. 108, § 6º, da presente Lei), será agendada perícia com a Junta Médica Oficial, ocasião em que o servidor se apresentará acompanhado do familiar enfermo, caso esse possa se deslocar até a sede do Serviço de Perícia Médica. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

SEÇÃO V

DO EXAME MÉDICO-PERICIAL RELATIVO À APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 208. O exame médico-pericial relativo à Aposentadoria por Invalidez será remetido à SEGOV num prazo de até dez dias após a realização da perícia, seja pela constatação ou não da invalidez e, nesse caso, deverá constar no documento médico a patologia, com a descrição do CID**. *(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Parágrafo único – Fica a critério da Junta Médica Oficial solicitar parecer médico especializado, assim como informações complementares a outros profissionais. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

SEÇÃO VI *(Redação dada pela Lei 1.096/2013)*

DO EXAME MÉDICO-PERICIAL DE READAPTAÇÃO

Art. 209. Constarão no exame médico-pericial de readaptação funcional as atribuições e tarefas possíveis de serem executadas pelo servidor readaptado. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

SEÇÃO VII*(Redação dada pela Lei 1.096/2013)*

DO EXAME MÉDICO-PERICIAL PARA LICENÇA GESTANTE

Art. 210. Para solicitação da Licença Gestante (LGE), a servidora deverá agendar, pessoalmente ou por telefone, a sua perícia e apresentar no momento do atendimento atestado

médico comprovando o período de gestação ou certidão de nascimento da criança. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

CAPÍTULO III *(Redação dada pela Lei 1.096/2013)*

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 211. O procedimento de inspeção médica oficial relativa à admissão, licença por motivo de doença em pessoa da família, aposentadoria por invalidez e readaptação de servidores públicos cumprirá, no que couber, ao disposto no art. 206 da presente Lei. ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 212. A inspeção médica oficial poderá solicitar a avaliação médica do servidor, a qualquer tempo, documentalmente justificada, podendo convocar o servidor, por intermédio de seu órgão de lotação, para fins de avaliação médica". ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

Art. 213 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 214 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 215 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 216 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 217 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 218 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 219 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 220 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 221 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 222 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 223 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 224 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 225 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 226 – *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 227 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 228 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 229 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

Art. 230 - *Revogado pela Lei n° 489/2006.*

TÍTULO VIII

DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 231 - Para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado.

Art. 232 - Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam a:

I - atender a situações de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em lei específica.

Art. 233 - As contratações de que trata este capítulo terão dotação orçamentária específica e prazo máximo de 6 (seis) meses, permitida uma renovação por igual período. *(Alterado pela Lei n.° 319/2004).*

Parágrafo único – Em caso de renovação, a rescisão do contrato emergencial será efetivada somente ao final do período total da referida contração**.** *(Acrescido pela Lei n.°319/2004).*

Art. 234 - É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma deste título, bem como sua recontratação, antes de decorridos seis meses do término do contrato anterior, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 235 - Os contratos serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

I - remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente do Município;

II - jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;

III - férias proporcionais, ao término do período total do contrato***;*** *(Alterado pela Lei n.° 319/2004).*

IV - inscrição no Regime Geral da Previdência Social.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 236 - O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 237 - Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente, salvo norma específica dispondo de maneira diversa.

Art. 238 - Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento individual, no termos do art. 220.

Art. 239 - Do exercício de encargos ou serviços diferentes dos definidos em lei ou regulamento, como próprios de seu cargo ou função gratificada, não decorre nenhum direito ao servidor.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 240 - As disposições desta Lei aplicam-se aos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações públicas.

Art. 241 - Os atuais servidores municipais, estatutários ou celetistas admitidos mediante prévio concurso público ficam submetidos ao regime desta Lei.

§ 1º - Os empregos ocupados pelos servidores celetistas de que trata este artigo ficam transformados em cargos na data da publicação desta Lei.

§ 2º - Os contratos individuais de trabalho se extinguem automaticamente pela nomeação para cargo público.

§ 3º - No que pertine às férias, o servidor poderá optar, mediante termo escrito, em recebê-las no termo de quitação do contrato ou pela continuidade da contagem do tempo de serviço para posterior gozo no novo regime.

Art. 242 - É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores ocupantes de cargos efetivos bem como aos seus dependentes, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º - O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal.

§ 2º - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores efetivos referidos no *"caput"*, e termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação da EC nº 20-98, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 3º - São mantidos todos os direitos e garantias assegurados nas disposições constitucionais vigentes à data de publicação da Emenda nº 20-98 aos servidores, inativos e pensionistas, que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 243 - Observado o disposto no art. 40, § 10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 244 - Observado o disposto no art. 244, e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas do art. 194, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação da E.C. nº 20-98, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver 53 (cinqüenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

II - tiver 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20-98, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º - O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20-98, poderá aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) 30 (trinta) anos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20-98, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a 70% (setenta por cento) do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o caput, acrescido de 5% (cinco por cento) por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de 100% (cem por cento).

§ 2º - O professor, que, até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20-98, de 15-12-98, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação da Emenda Constitucional nº 20-98 contado com o acréscimo de 17% (dezessete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

§ 3º - O servidor de que trata este artigo, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no caput, permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal.

Art. 245 - A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação da Emenda Constitucional nº 20-98, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 246 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 247 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rolador-RS, em 28 de junho de 2001.

LADEMIR INÁCIO WILHELM
Vice-Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CARLOS ALBERTO ZBOROWSKI
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças.

(Anexo I – Lei nº 56/2001) ***(Redação dada pela Lei 1.096/2013)***

ENCAMINHAMENTO À PERÍCIA DA JUNTA MÉDICA ÓFICIAL

PA n.º: Órgão que faz o encaminhamento:

Encaminhamos o(a) servidor(a)

A FIM QUE SUBMETA À PERÍCIA DA JUNTA MÉDICA OFICIAL.

Dados do servidor:

Cargo: Matrícula: Data nascimento:

Último dia de trabalho: Término da licença anterior:

Finalidade do exame médico-pericial:

( ) Admissão de servidor
( ) Aposentadoria por invalidez
( ) Licença p/ tratamento de Saúde – LTS/Auxílio-doença ( ) Prorrogação LTS/Auxílio-doença
( ) Licença p/ acidente em serviço LAS/Auxílio-doença ( ) Prorrogação LAS/Auxílio-doença
( ) Licença t/ doença profissional – LDP/Auxílio-doença ( ) Prorrogação LDP/Auxílio-doença
( ) Licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde
( ) Prorrogação licença acompanhar familiar em tratamento de saúde
( ) Licença à gestante – LGE/Salário-maternidade ( ) Readaptação

Atestado médico (anexo) - CID :

A partir de:

Para casos de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde:

Nome do examinado

Grau de parentesco Identidade:

n.º de pessoas sob o mesmo teto, maiores de idade:

Somente o servidor que pode assistir o enfermo? Justifique a razão

Data:

Servidor **Secretário**

EXAME MARCADO PARA/LOCAL:

(Anexo II – Lei nº 56/2001) *(Redação dada pela Lei 1.096/2013)*

EXAME MÉDICO-PERICIAL

1) IDENTIFICAÇÃO					
Nome:					
PA n.º	Matrícula:	Data nascimento:	Estado civil:	Sexo:	Cor:
Filiação:					
Endereço:					
PARA CASOS DE ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR EM TRATAMENTO DE SAÚDE					
Nome examinado:	Grau parentesco:	Idade:	Sexo:	Estado Civil:	

2) SITUAÇÃO FUNCIONAL			
Cargo	Órgão/secretaria	Data nascimento:	Natureza vínculo com município
Último dia de trabalho:	Tempo de licença:	Data e local exame ingresso:	

3) ANAMNESE

Início da doença:	O que o impede de trabalhar?

Histórico da doença atual:

Antecedentes importantes :

( ) CAXUMBA ( ) BRONQUITE ( ) RUBÉOLA ( ) SARAMPO ( ) VARICELA/CATAPORA ( ) ALERGIA ( ) RINITE ( ) SINUSITE ( ) VARIZES

( ) DOENÇAS VENÉREAS/SEXUAIS ( ) GRASTRITE/ÚLCERA DO ESTÔMAGO ( ) HEPATITE ( ) HEMORÓIDAS ( ) HÉRNIA ABDOMINAL ( ) DIABETES

( ) HIPERTENSÃO ( ) DOENÇAS NERVOSAS ( ) EPILEPSIA/DESMAIOS ( ) HÉRNIA DE DISCO ( ) TENDINITES ( ) OU

4) EXAME GERAL

Aspecto geral:	Estado nutricional:	Altura:	Peso:	Biotipo:	Pressão arterial:

Mucosas Visíveis:	Pele:	Tecido subcutâneo:

5) EXAME FÍSICO
Aparelho respiratório (inspeção, ausculta, percussão, capacidade funcional):
Aparelho circulatório (ausculta, artérias, frêmito, etc.):
Aparelho gênito-urinário (inspeção geral e palpação):
Sistema endócrino:
Sistema info-hematopolético (baço, gânglios)
Aparelho digestivo:
Sistema nervoso:
Órgãos do sentido:

6) EXAME MENTAL
(ATITUDE, ATENÇÃO, LUCIDEZ, CONSCIÊNCIA,MEMÓRIA, INTELIGÊNCIA, PENSAMENTO, AFETO E HUMOR)

7) EXAMES SUBSIDIÁRIOS
Solicitados:
Anexados:

8) SAUDE DA MULHER/ GESTANTE						
n.º de gestações:	n.º de abortos:	n.º partos normais:	n.º de cesárias	Data última menstruação:	Ultima visita ao ginecologista:	
SE EM GESTAÇÃO, QUAL O ESTÁGIO (EM SEMANAS OU MESES)?						
Obs.: havendo necessidade de antecipação da licença à gestante, descrever a situação no “diagnóstico”, campo “9”.						

9) ENCERRAMENTO

Diagnóstico (por extenso e com CID):

RESUMO DAS LIMITAÇÕES/RESTRIÇÕES:
( ) Atividades físicas/ergonômicas ( ) Ambientais ( ) Produtos químicos ou materiais ( ) Outras:

Descriminar as limitações considerando a descrição das atribuições do cargo:

( ) APTO PARA O TRABALHO ( ) APTO PARA ADMISSÃO

( ) INAPTO PARA O TRABALHO PELO PERIODO DE AS , COM ALTA PROGRAMADA P/

EM CASO DE INAPTDIDÃO TEMPORÁRIA, O PRÓXIMO EXAME DE REAVALIAÇÃO FICA FIXADO P/

( ) INAPTO PARA O TRABALHO COM SUGESTÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANETE

( ) SUGESTÃO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL EM OUTRA FUNÇÃO